

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.519.883 - SP (2019/0165481-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : VIARONDON CONCESSIONARIA DE RODOVIA S/A  
**ADVOGADOS** : DANIEL ORFALE GIACOMINI - SP163579  
MARINA LIMA DO PRADO SCHARPF - SP211125  
LEONARDO BRUNO DA COSTA BERTOLAZZI E OUTRO(S) - SP312542  
JOSE MARCELO BRAGA NASCIMENTO - SP029120  
**AGRAVADO** : COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ  
**ADVOGADOS** : JOAO DACIO DE SOUZA PEREIRA ROLIM E OUTRO(S) - SP076921  
ANDRESA CUNHA DE FARIA - SP311931  
LISIA CALDEIRA DE FIGUEIREDO ANTUNES - SP339957  
MARCO PENTEADO CARTOLANO - SP236428  
HELVECIO FRANCO MAIA JUNIOR - SP352839

## EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PRETENSÃO DE RECLASSIFICAÇÃO TARIFÁRIA. CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA ESTADUAL. ALEGADA OFENSA AO ART. 24 DA LINDB. TESE RECURSAL NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211 DO STJ. DISPOSITIVO DE LEI QUE NÃO POSSUI COMANDO NORMATIVO CAPAZ DE INFIRMAR A CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF AGRAVO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. No acórdão objeto do Recurso Especial, o Tribunal de origem julgou improcedente o pedido, em ação ajuizada pela parte ora agravante, concessionária de rodovia, na qual postula a reclassificação tarifária de suas unidades consumidoras, da classe "comercial" para a classe "iluminação pública".

III. Por simples cotejo das razões recursais e dos fundamentos do acórdão recorrido, percebe-se que a tese recursal, vinculada ao dispositivo tido como violado – art. 24 da LINDB –, não foi apreciada, no voto condutor, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem, incidindo o óbice da Súmula 211/STJ.

IV. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (STJ, REsp

# *Superior Tribunal de Justiça*

1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017). Hipótese em julgamento na qual a parte recorrente não indicou, nas razões do apelo nobre, contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015.

V. Ainda que fosse possível superar tal óbice, o art. 24 da LINDB não possui comando normativo capaz de infirmar a conclusão do acórdão recorrido, no sentido de que, "considerando que a autora é empresa concessionária destinada à administração da rodovia estadual SP-300 Rodovia Marechal Rondon, correta a sua classificação na categoria comercial, subclasse iluminação em rodovias, nos termos do art. 5º, § 3º, VII da Resolução Normativa nº 414/2010 (atual art. 53-H, inciso VII da Resolução Normativa nº 414/2000, alterada pela REN nº 800 de 19/12/2017)". Desta forma, caso é de incidência do óbice previsto na Súmula 284/STF.

VI. Agravo interno improvido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
Relatora